

NOVO  **RIBEIRÃO
DAS NEVES**

20**24**

PLANO DE GOVERNO

DIOGO FERNANDES



DIOGOSAFERNANDES



DIOGO FERNANDESSA

MENSAGEM

*“Não precisamos mais esperar por outros tempos, nem por outras pessoas. Se quisermos que os dias melhores nos alcancem, é **hora de trabalharmos juntos** pela tão desejada e merecida mudança.”*

Diogo Fernandes

RIBEIRÃO DAS NEVES – ELEIÇÕES 2024

Candidato a Prefeito: Diogo Fernandes

Sumário:

FISCALIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E COMBATE A CORRUPÇÃO	7
1) Aprimorar e eliminar leis e normas desnecessárias, digitalizando e automatizando sistemas, para reduzir subjetividades e burocracias que dão origem a oportunidades de corrupção.	7
2) Criar ou aprimorar mecanismos de transparência e boa governança pública na gestão municipal.	7
3) Instituir boas práticas de integridade e prevenção à corrupção junto ao funcionalismo público e empresas em contrato com a prefeitura.	8
4) Instituir ou aprimorar o controle interno no município, fortalecendo mecanismos de fiscalização e combate a irregularidades, especialmente em contratos e aquisições, com a possibilidade de contratar auditorias privadas.	8
GESTÃO PÚBLICA	8
1) Implementar uma cultura de gestão por resultados na administração pública, valorizando bons servidores e melhorando o serviço público.	8
2) Modernizar e desburocratizar a prestação de serviços públicos, desenvolvendo uma oferta de Políticas Públicas transparente, digital e baseada em evidências.	9
3) Otimizar a gestão dos contratos e do patrimônio público através do inventário e da venda de propriedades governamentais e revisão eficiente de contratos.	9
4) Elaborar um planejamento para o desenvolvimento do município, coordenando políticas públicas com uma visão de longo prazo.	9
FINANÇAS PÚBLICAS	10
1) Revisar, simplificar e digitalizar os processos internos e de atendimento ao público, para uma gestão eficiente da máquina pública.	10
2) Implementar boas práticas de elaboração e execução do orçamento para assegurar estabilidade e previsibilidade fiscal.	10
3) Implementar estratégias para aumentar a receita sem aumentar impostos, reforçando o caixa do município.	10
4) Estabelecer medidas de otimização de despesas, reduzindo gastos e promovendo eficiência na gestão dos recursos públicos.	11
5) Cobrar impostos e taxas sem distorções e defasagens, de forma transparente.	11
SEGURANÇA PÚBLICA	11
EIXO INTERVENÇÃO	11
FORTELECIMENTO DA GUARDA MUNICIPAL	11

EIXO PREVENÇÃO	12
EIXO GESTÃO	12
OBSERVATÓRIO	12
DEFESA CIVIL MUNICIPAL.....	13
HABITAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO	13
1) Regularizar as propriedades do município, garantindo o direito de propriedade a todo cidadão.....	13
2) Desburocratizar as regras de construção civil, reduzindo custos e ampliando as obras e investimentos no município.....	14
3) Promover programas de moradia popular, buscando reduzir ou eliminar o déficit habitacional.	14
4) Compartilhar a gestão, o desenvolvimento e a manutenção de espaços públicos com empresas ou associações privadas locais.	14
5) Revitalizar áreas degradadas e abandonadas e implementar intervenções urbanísticas para melhorar a segurança da cidade.....	14
GERAÇÃO DE EMPREGO E COMPETITIVIDADE	15
1) Simplificar processos e leis e implementar políticas para fortalecer a livre concorrência, estimulando a abertura de empresas e a geração de emprego.	15
2) Facilitar o exercício de atividades profissionais e acesso ao emprego.	15
3) Implementar medidas de atração de grandes projetos de negócios.	15
4) Garantir a segurança da propriedade privada e apoiar as operações agropecuárias.	16
MOBILIDADE URBANA.....	16
1) Expandir e modernizar o sistema de transporte coletivo por meio de parcerias público-privadas, uso de tecnologia e incentivos para investimentos privados, buscando eficiência e agilidade.....	16
2) Implementar uma gestão financeira eficiente no sistema de transporte coletivo, focando na redução dos subsídios, modelando novas concessões economicamente sustentáveis e revendo os contratos vigentes, mantendo seu equilíbrio econômico-financeiro.	16
3) Promover novas alternativas ao uso do carro, diversificando a rede de transporte e reduzindo o trânsito e o tempo de deslocamento.....	17
4) Promover a segurança no trânsito, reduzindo acidentes, lesões, óbitos e prejuízos.....	17
INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO	17
1) Melhorar a capacidade técnica dos servidores e da gestão para elaboração e orçamento de projetos e captação de verbas privadas, estaduais e federais.	17
2) Implementar legislação e processos que contribuam para a entrega de obras dentro do orçamento e no prazo planejado.....	18
3) Melhorar a infraestrutura necessária para a prestação dos serviços públicos municipais por meio de concessões e da municipalização de alguns ativos públicos.....	18

4) Alcançar a meta de universalização dos serviços de água, coleta e tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos, conforme previsto no Marco Legal do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020).	18
ASSISTÊNCIA SOCIAL	19
1) Desenvolver diagnósticos sociais detalhados dos territórios para identificar suas características específicas.	19
2) Facilitar o acesso a serviços e benefícios sociais para pessoas em situação de vulnerabilidade, visando garantir direitos básicos e promover autonomia.	19
3) Fortalecer e expandir redes de apoio e parcerias, tanto com a iniciativa privada quanto com outras secretarias e órgãos públicos, para desenvolver e implementar programas integrados de acolhimento e assistência.....	19
4) Fortalecer a gestão da Assistência Social em resposta às necessidades comunitárias. ..	20
EDUCAÇÃO	20
1) Reduzir a fila da educação infantil, garantindo oferta de vagas no município, especialmente para as crianças mais vulneráveis.....	20
2) Aprimorar o desempenho dos alunos da rede pública de ensino, garantindo que alcancem níveis adequados de aprendizagem em suas respectivas faixas etárias.	20
3) Assegurar que o conteúdo ensinado nas escolas seja adequado e pertinente.	21
4) Criar mecanismos de valorização e reconhecimento aos docentes e gestores escolares pela melhoria da aprendizagem e assiduidade.	21
5) Otimizar a gestão e recursos educacionais por meio de parcerias, autonomia financeira e desenvolvimento profissional	21
6) Oferecer diagnósticos precisos e de qualidade aos estudantes visando aprimorar a educação inclusiva na rede pública de ensino.	22
SAÚDE	22
1) Melhorar a qualidade do atendimento no sistema de saúde municipal por meio da implementação de infraestrutura, tecnologias e uma gestão eficiente.	22
2) Fortalecer a saúde da família e ampliar o acesso a serviços médicos.....	23
3) Aprimorar o sistema de monitoramento e vigilância sanitária, garantindo o controle de qualidade dos alimentos e a saúde pública por meio de inspeções e sistemas de alerta eficazes.....	23
4) Expandir as campanhas de vacinação, enfatizando a importância da imunização para grupos prioritários e para a saúde pública em geral.....	24
5) Melhorar o planejamento e a conexão entre as políticas de saúde das cidades, estados e Governo Federal, seguindo as regras do SUS e usando dados e cooperação para tomar decisões.....	24
6) integração da Saúde Mental aos Serviços de Atenção Primária	24
7) Ampliação do Acesso ao Tratamento e Apoio Psicossocial	25
8) Prevenção do Suicídio e Redução do Estigma	25
9) Inclusão da Saúde Mental nas Políticas de Trabalho e Educação	25

10) Apoio Específico para Grupos Vulneráveis:.....	25
11) Utilização de Tecnologia e Inovação.....	25
12) Investimento em Pesquisa e Avaliação de Políticas	26
13) Fortalecimento da Capacitação de Profissionais de Saúde Mental.....	26
14) Parcerias Público-Privadas e Colaboração Internacional.....	26
15) Monitoramento e Transparência na Gestão de Recursos	26
15) Espaços de Cuidado e Contemplação na Natureza:	26
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	27
1) Educar a população sobre a preservação ambiental para promover hábitos sustentáveis.	27
2) Estabelecer Parcerias Público-Privadas para a manutenção e operação de parques públicos urbanos, explorando o potencial turístico e aprimorando a experiência dos visitantes.....	27
3) Firmar parcerias entre setores governamentais, terceiro setor e setor privado para a preservação de áreas verdes e o bem-estar animal.....	27
4) Implementar sistemas de reciclagem, gerenciamento de resíduos e realizar a limpeza e despoluição de rios e lagos.	27
5) Priorizar a atuação da Secretaria de Meio Ambiente como ente mediador de conflitos ambientais, tornando sua atuação mais resolutiva e aprimorando a emissão de licenças ambientais.	28
6) Desenvolver uma infraestrutura urbana ecologicamente responsável, integrando conceitos de cidades inteligentes e adensamento urbano para preservar áreas naturais e otimizar a vida urbana.....	28
ESPORTE E CULTURA.....	29
1) Aumentar o acesso ao esporte de lazer e competitivo com eficiência de gastos, reduzindo a dependência da prefeitura.....	29
2) Aumentar o acesso à cultura com eficiência de gastos e reduzindo a dependência da prefeitura.....	29

FISCALIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E COMBATE A CORRUPÇÃO

1) Aprimorar e eliminar leis e normas desnecessárias, digitalizando e automatizando sistemas, para reduzir subjetividades e burocracias que dão origem a oportunidades de corrupção.

- Implementar programa de revisão e atualização de leis e normas municipais com foco em reduzir interpretações subjetivas e trazer mais clareza e evidências técnicas nas análises submetidas ao poder público, estabelecendo um prazo específico para que essa revisão seja concluída.
- Reduzir a burocracia e regulamentações que exigem autorização do poder público para a realização de atividades privadas, especialmente em áreas consideradas de baixo risco, para eliminar potenciais focos de corrupção.
- Aderir à Lei de Governo Digital (LGD) e regulamentar sua aplicação, criando base normativa que incentive a digitalização de procedimentos burocráticos e de serviços públicos com ênfase no aumento da eficiência pública.
- Digitalizar e automatizar os sistemas e processos, incluindo a gestão de filas de acesso a serviços públicos e a tramitação de documentos, visando aumentar a transparência e a eficiência e eliminar favorecimentos e casos de corrupção.

2) Criar ou aprimorar mecanismos de transparência e boa governança pública na gestão municipal.

- Garantir a transparência dos atos administrativos e normas por meio da implementação de diário oficial eletrônico, da consolidação e disponibilização de todas as normas legais e infralegais aplicáveis no âmbito municipal, e da divulgação de informações sobre o processo legislativo municipal, facilitando o controle do cidadão sobre seus governantes.
- Aperfeiçoar os mecanismos de transparência ativa por meio da implementação e atualização do portal da transparência municipal, no qual deve haver dados sobre as contas públicas, informações de contato, relatórios de auditoria, salários e verbas indenizatórias e outras informações, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI) e com a regulamentação aplicável.
- Aperfeiçoar os mecanismos de transparência passiva por meio da implementação de canal específico que possibilite ao cidadão requisitar e receber informações e documentos, acompanhar prazos e apresentar recursos por meio eletrônico, garantindo sua privacidade aos moldes da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (FalaBR).
- Regulamentar a Lei de Acesso à Informação (LAI), disposta na Lei 12.527/2011, por meio de decreto, que trata da operacionalização da norma federal em âmbito municipal, ou de lei específica, que poderá ir além da legislação federal prevendo a disponibilização de um rol maior de informações e de mecanismos que garantam maior efetividade à transparência governamental.
- Instituir política de dados abertos, nos moldes do Decreto 8.777/2016 do Governo Federal, e realizar consultas e revisões periódicas para aprimorar os sistemas de acordo com as principais demandas da sociedade.

3) Instituir boas práticas de integridade e prevenção à corrupção junto ao funcionalismo público e empresas em contrato com a prefeitura.

- Criar um Código de Integridade e Conduta tanto para o funcionalismo público quanto para empresas que mantêm grandes contratos com a Prefeitura, com capacitação e treinamento frequentes, visando assegurar práticas éticas e responsáveis, incluindo a regulamentação e a definição de potenciais conflitos de interesse.
- Estabelecer um canal de denúncias para que cidadãos e servidores possam reportar irregularidades de forma anônima, com a possibilidade de apresentar provas. Esses canais deverão ser monitorados por um corpo investigativo independente e sujeitos a auditorias externas.
- Definir e implementar critérios e procedimentos específicos para a ocupação de cargos e funções comissionadas, promovendo a nomeação de agentes com experiência profissional e acadêmica compatíveis com as necessidades públicas e vedando a nomeação de agentes em conflito de interesse.

4) Instituir ou aprimorar o controle interno no município, fortalecendo mecanismos de fiscalização e combate a irregularidades, especialmente em contratos e aquisições, com a possibilidade de contratar auditorias privadas.

- Investigar denúncias e fiscalizar contratos em andamento e avaliar a possibilidade de contratar auditorias privadas.
- Centralizar o processo de compras e aquisições em uma única área ou secretaria especializada, com treinamento para a equipe e ferramentas de fiscalização dos processos, reduzindo o espaço para a corrupção.

GESTÃO PÚBLICA

1) Implementar uma cultura de gestão por resultados na administração pública, valorizando bons servidores e melhorando o serviço público.

- Realizar uma revisão completa da estrutura administrativa, com o objetivo de reduzir e racionalizar o número de secretarias e otimizar a estrutura da gestão municipal, promovendo maior eficiência.
- Reestruturar carreiras e a estrutura remuneratória do funcionalismo, de modo a simplificá-las, reduzindo eventuais disparidades salariais entre o setor público e privado e estabelecendo critérios de progressão baseados em desempenho;
- Implementar sistema de gestão de desempenho para os órgãos e servidores, estabelecendo metas de resultado e entregas, avaliações de desempenho objetivas e periódicas, atrelando bonificações e progressões de carreira aos bons resultados.
- Regular o desligamento por insuficiência de desempenho de efetivos e temporários.
- Revisar licenças, afastamentos e benefícios do funcionalismo público, eliminando privilégios e distorções eventualmente existentes com a iniciativa privada.
- Criar programas de treinamento e capacitação dos gestores e lideranças públicas.

- Realizar processo seletivo para cargos de livre nomeação, visando atrair profissionais competentes para as funções e mitigando as indicações meramente políticas.
- Criar a Lei Municipal de Concursos Públicos, aprimorando os mecanismos de seleção, prevendo etapas de avaliação de conhecimentos, habilidades e competências e criando a figura do Curso de Formação.
- Mapear funções, atividades e processos para avaliar o emprego da força de trabalho e identificar ineficiências, sobreposições e oportunidades.
- Revisar a estrutura de cargos em comissão da prefeitura para não apenas reduzir seu número, mas principalmente racionalizar a estrutura, muitas vezes disfuncional e inadequada.
- Proporcionar transparência aos cidadãos quanto aos dados de despesa de pessoal, divulgando abertamente a folha de pagamentos e os benefícios.

2) Modernizar e desburocratizar a prestação de serviços públicos, desenvolvendo uma oferta de Políticas Públicas transparente, digital e baseada em evidências.

- Estabelecer um sistema de monitoramento e revisão periódica das políticas públicas para avaliar sua efetividade e a eficiência no uso dos recursos.
- Promover a contratação de serviços do setor privado sempre que possível, para aumentar a eficiência, reduzir custos e evitar a expansão desnecessária da máquina pública.
- Promover ações para um Governo Digital, digitalizando e automatizando processos administrativos e o acesso aos serviços públicos pelos cidadãos, garantindo transparência e qualidade a todos.

3) Otimizar a gestão dos contratos e do patrimônio público através do inventário e da venda de propriedades governamentais e revisão eficiente de contratos.

- Realizar um inventário completo do patrimônio imobiliário da prefeitura, avaliando cada imóvel quanto à sua subutilização ou desocupação e realizando a venda de todos que possam ser melhor aproveitados diretamente pela sociedade.
- Implementar um programa de concessões de equipamentos e serviços públicos otimizando a gestão e o desempenho.
- Revisar os contratos em vigor, priorizando os de maior valor, racionalizando as despesas e aumentando a eficiência do gasto público.
- Garantir transparência dos contratos expondo com clareza dados como objeto, valores e forma de pagamento.

4) Elaborar um planejamento para o desenvolvimento do município, coordenando políticas públicas com uma visão de longo prazo.

- Identificar os principais potenciais, desafios e entraves da cidade em colaboração com entidades empresariais, sociais e institutos de pesquisa.

- Criar uma visão de longo prazo para a cidade, estabelecendo metas atingíveis e criando diretrizes para ações, respeitando a liberdade de mercado e individual.
- Elaborar e implementar um plano de ação que remova os entraves identificados, permitindo o livre desenvolvimento das potencialidades e novas vocações da cidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

1) Revisar, simplificar e digitalizar os processos internos e de atendimento ao público, para uma gestão eficiente da máquina pública.

- Revisar e atualizar o Código Tributário, simplificando regras, reduzindo risco de litígios e incertezas fiscais e modernizando o sistema de pagamento de impostos e taxas.
- Facilitar o atendimento ao público, digitalizando sistemas e unificando locais de atendimento físico.
- Simplificar e digitalizar os processos internos, reduzindo custos, acelerando o atendimento e permitindo o rastreamento de decisões.

2) Implementar boas práticas de elaboração e execução do orçamento para assegurar estabilidade e previsibilidade fiscal.

- Estimar a arrecadação com base em projeções históricas e expectativas técnicas sobre o desempenho econômico do ano seguinte.
- Mapear um plano de contingenciamento de despesas, isto é, de limitação das despesas para evitar desequilíbrio financeiro, para ser implementado em casos de frustração de arrecadação ou necessidade de remanejamento de gastos.
- Elaborar um fluxo de caixa das despesas municipais, dando previsibilidade para a execução orçamentária anual.

3) Implementar estratégias para aumentar a receita sem aumentar impostos, reforçando o caixa do município.

- Implementar medidas de incentivo à formalização, cumprindo a Lei de Liberdade Econômica, regularização fundiária, abertura econômica ou a educação da população para o empreendedorismo.
- Renegociar dívidas de contribuintes inadimplentes, sem criar desvantagens àqueles que pagaram suas obrigações em dia, buscando a regularização fiscal.
- Aperfeiçoar o cálculo do Valor Adicionado Fiscal para aumentar a precisão dos repasses de ICMS.
- Buscar receitas extraordinárias com a instituição de equipe especializada em captar investimentos nacionais e internacionais, seja ele de caráter público ou privado.

4) Estabelecer medidas de otimização de despesas, reduzindo gastos e promovendo eficiência na gestão dos recursos públicos.

- Reformar a Previdência em casos onde o sistema apresenta déficit, visando à sustentabilidade financeira a longo prazo.
- Revisar políticas públicas, benefícios e isenções para efetividade em relação aos objetivos pretendidos, avaliando a eliminação de despesas em medidas que não cumpriram suas metas.
- Renegociar e reestruturar dívidas com credores.
- Renegociar custos bancários para cobrança, pagamentos e gestão das contas da cidade.

5) Cobrar impostos e taxas sem distorções e defasagens, de forma transparente.

- Revisar o cálculo de taxas municipais para usar indicadores e cálculos modernos e equilibrados com o custo dos serviços prestados.
- Dar transparência ao cálculo do IPTU e de taxas municipais, para que a população entenda a cobrança, e dificultar aumentos de arrecadação via mudanças ocultas no cálculo interno.

SEGURANÇA PÚBLICA

EIXO INTERVENÇÃO

FORTELECIMENTO DA GUARDA MUNICIPAL

- Capacitar e empoderar a Guarda Municipal para atuação enquanto ente estratégico da Força de segurança municipal, buscando aperfeiçoamento para atendimentos em casos de violência doméstica, de gênero, crimes sociais e atuação na mediação de conflitos e gerenciamento de crises, a fim de torná-la um agente social essencial à prevenção da violência;
- Aprimoramento da gestão e dos serviços, aproximação da sociedade com projetos e engajamento da população;
- Ação preventiva e pedagógica para atuação nas escolas;
- Projetos sociais envolvendo o jovem adulto;
- Preocupação com a formação do caráter;
- Apoio a rede do comércio com aparato tecnológicos, programas e outros;
- Desenvolvimento institucional e fortalecimento de capacidade de diagnóstico da Segurança Municipal.
- Armar a Guarda e investir em equipamentos , EPIs e viaturas para a Corporação.

EIXO PREVENÇÃO

- Implementar políticas e programas que visam ao controle da ordem pública e da Prevenção da Criminalidade;
- Desenvolvimento, avaliação e monitoramento dos programas de prevenção e controle da violência no município;
- Promover parcerias com as entidades da sociedade civil, associações comunitárias, amídias e os cidadãos dispostos a participarem das políticas integradas de segurança;
- Ocupação das áreas com maior incidência criminal e maior vulnerabilidade social.
- Promover ações educativas que busquem construir uma cultura de paz entre as diferentes modalidades de transportes;
- Fortalecimento da atuação pedagógica e preventiva da transneves, órgão responsável pelo trânsito;
- Estruturação do trânsito com políticas para conscientização dos motoristas que transitam em nossa cidade, visto o número de acidentes graves que ocorreram.

EIXO GESTÃO

OBSERVATÓRIO

Implantação do **Observatório de Segurança Pública** como objetivo de sistematizar a informação sobre a evolução da violência e criminalidade no município, de modo a disponibilizar indicadores que possam nortear as políticas públicas municipais com a produção de informações e estatísticas a fim de subsidiar a tomada de decisões.

Nessa direção destacam-se as principais ações do Observatório:

- Levantamento de informações como principal ferramenta para planejamento de diversas ações;
 - Gestão da comunicação, formação e mobilização;
 - Viabilizar um sistema de inteligência que poderá auxiliar na tomada de decisões;
 - Diagnostico capaz de contemplar a realidade de cada comunidade;
 - Qualificação, formulação, execução e especialmente a avaliação das políticas públicas a serem desenvolvidas no município;
 - Fortalecimento da capacidade do município em planejar políticas públicas em todas as esferas municipais;
 - Produzir informações e análise estatísticas para a tomada de decisões que, por sua vez, contribuirão para a atração de investimentos e redução das desigualdades sociais do município;
 - Proporcionar ao gestor caminhos mais céleres e eficazes na solução de conflitos, sempre pautado na transparência das informações.
- Atuação de uma equipe interdisciplinar qualificada, responsável pela Criação do Conselho

Comunitário de Segurança e Defesa Social para participação da sociedade na implementação das estratégias adotadas, tendo em vista, a obtenção de Mecanismos eficazes de participação e colaboração da comunidade no processo de planejamento e execução das políticas públicas;

- Formação e capacitação dos servidores e demais colaboradores;
- Fortalecimento do sentimento de pertencimento ao município;
- Aperfeiçoamento da gestão de projetos de segurança;
- Articulação e integração na esfera municipal entre os diferentes órgãos encarregados;
- Integração com os municípios limítrofes.

DEFESA CIVIL MUNICIPAL

- Implementar práticas preventivas e reativas de Defesa Civil, criando sistemas, planos e intervenções que protejam vidas.
- Mapear áreas em risco de alagamento, desabamentos de morros e encostas, vendavais e outras incidências em potencial e elaborar planos de contingência para os casos de ocorrências que afetem as regiões mapeadas.
- Implementar intervenções de desenvolvimento e manutenção de infraestrutura de segurança e prevenção, como estabilização de encostas, manutenção e expansão do sistema de drenagem.
- Implementar um sistema de notificação de tempestades, alagamentos e outros riscos que emita alertas para moradores da cidade e das áreas de risco.
- Capacitar a equipe de segurança municipal e demais órgãos relacionados e promover programas de educação e conscientização para a atuação em caso de desastres naturais.

HABITAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO

1) Regularizar as propriedades do município, garantindo o direito de propriedade a todo cidadão.

- Fortalecer o programa de regularização fundiária, com custos reduzidos para famílias de baixa renda, autorizando a comercialização de imóveis (terrenos e construções) mesmo que a construção não possua Habite-se, promovendo o desenvolvimento econômico e combatendo o crime ao levar instituições e regularização para territórios marginalizados.
- Digitalizar e integrar os dados cartográficos da cidade, utilizando georreferenciamento para uma melhor gestão do território.

2) Desburocratizar as regras de construção civil, reduzindo custos e ampliando as obras e investimentos no município

- Reduzir ou eliminar as exigências para as áreas internas das edificações permitindo o barateamento dos custos de construção e o uso de formas padrão em diversos empreendimentos.
- Reduzir a complexidade dos códigos de posturas, construção e urbanismo e automatizar os processos de aprovação de projetos.
- Nos municípios que já possuem leis de zoneamento urbano vigentes, revisá-las a partir de critérios de perturbação, poluição, risco e necessidade de adaptações específicas da cidade, com o objetivo de promover um melhor desenvolvimento da cidade e distribuição de residências e empresas.

3) Promover programas de moradia popular, buscando reduzir ou eliminar o déficit habitacional.

- Promover políticas de construção de unidades habitacionais voltadas à população de baixa renda, podendo fazer uso de isenções fiscais temporárias ou benefícios urbanísticos como aumento do potencial construtivo e o direito de transferir esse potencial para empreendimentos em outras regiões da cidade.

4) Compartilhar a gestão, o desenvolvimento e a manutenção de espaços públicos com empresas ou associações privadas locais.

- Expandir e implementar leis que permitam a adoção de espaços públicos, como praças e parques, por meio de financiamento coletivo, associações de bairro e atividades econômicas.
- Estabelecer Zonas de Melhoria de Negócios (Business Improvement Districts) onde comerciantes e proprietários possam colaborar para o desenvolvimento e manutenção de espaços públicos.

5) Revitalizar áreas degradadas e abandonadas e implementar intervenções urbanísticas para melhorar a segurança da cidade.

- Facilitar o processo de demolição de edifícios e da construção de novas estruturas com maior área ou altura no mesmo terreno.
- Implementar ações de zeladoria, patrulhamento e projetos de revitalização urbanística, com a possibilidade de uso da Operação Urbana Consorciada.
- Implementar programa de fiscalização visando a manutenção e conservação de lotes privados abandonados que não cumprem sua função social.

GERAÇÃO DE EMPREGO E COMPETITIVIDADE

1) Simplificar processos e leis e implementar políticas para fortalecer a livre concorrência, estimulando a abertura de empresas e a geração de emprego.

- Revisar e atualizar os códigos municipais, incluindo os de Posturas, Tributário, Ética e outros, para garantir que sejam simples, claros e alinhados às práticas modernas e às necessidades atuais.
- Aprovar e implementar a Lei de Liberdade Econômica no município, reduzindo ou eliminando a necessidade de alvarás, instituindo o conceito de baixo risco e simplificando a abertura e a operação de empresas.
- Criar Salas do Empreendedor, onde a população possa encontrar todos os serviços e suportes necessários para abrir e gerir suas empresas, principalmente em regiões periféricas.
- Aprovar e implementar uma legislação de Sandbox Regulatório, criando um ambiente de teste de inovações entre entes privados, incentivando inovação e aumentando a produtividade da economia.
- Promover o uso de Zonas de Melhoria de Negócios (Business Improvement Districts), permitindo a coordenação entre empresas para o desenvolvimento de áreas da cidade, impulsionando o comércio, a segurança, o lazer, o desenvolvimento urbano e o turismo.
- Implementar institutos de aprovação tácita e vinculação de decisões administrativas.
- Aprovar a Lei municipal de Atração de Investimentos.
- Atrair o associativismo das entidades representativas dos segmentos empresariais para Ribeirão das Neves.

2) Facilitar o exercício de atividades profissionais e acesso ao emprego.

- Facilitar a empregabilidade dos cidadãos, implementando centrais e feirões do emprego, bem como outras atividades que conectem a população desempregada às vagas disponíveis.
- Implementar programas de educação e treinamento profissionalizante, em parceria com a iniciativa privada, sistema S e outros órgãos estaduais e federais, para qualificar a população de acordo com demandas de mão de obra do município;
- Reduzir as burocracias, registros e barreiras para o exercício de atividades profissionais.

3) Implementar medidas de atração de grandes projetos de negócios.

- Ter uma gestão ativa na atração de investimentos, elaborando guias de investimentos, indo em eventos e contatando empresas, associações, federações, embaixadas ou consulados e demais entidades do setor produtivo para promover as vantagens competitivas da cidade.

- Planejar e executar projetos de parques industriais em parceria com o setor privado, considerando a vocação geográfica, logística e estrutural da cidade.
- Pleitear a implantação de Zonas de Processamento de Exportação, que simplificam o processo burocrático e tributário de operar empresas que se dedicam exclusivamente à exportação de bens e serviços.

4) Garantir a segurança da propriedade privada e apoiar as operações agropecuárias.

- Trabalhar na regularização de terras e na emissão de escrituras, garantindo a legalidade e a segurança jurídica dos imóveis.
- Manter a infraestrutura adequada para o escoamento de produção, seja através da prefeitura ou de programas que viabilizem investimentos privados no ativo público, como por meio de doações dos empresários locais.
- Estabelecer parcerias para oferecer educação e suporte aos agricultores, especialmente os pequenos produtores, em técnicas de manejo, gestão de negócios e participação em licitações.
- Reduzir as barreiras para instalação de infraestrutura necessária para internet e tecnologias voltadas à agricultura.

MOBILIDADE URBANA

1) Expandir e modernizar o sistema de transporte coletivo por meio de parcerias público-privadas, uso de tecnologia e incentivos para investimentos privados, buscando eficiência e agilidade.

- Empregar técnicas de mapeamento, incluindo georreferenciamento, para redesenhar, se for o caso, ou aprimorar a expansão da rede de transporte coletivo, integrando linhas alimentadoras e linhas troncais por meio de terminais, gerando maior eficiência.
- Promover a integração dos sistemas de transporte coletivo municipais com os demais municípios ou com a rede estadual em Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas, microrregiões e consórcios públicos.
- Realizar estudos técnicos para apoiar a ampliação e a implementação de infraestrutura e outras modalidades de transporte, utilizando estratégias como parcerias público-privadas, publicidade e aproveitamento do aumento do valor de terrenos adjacentes.

2) Implementar uma gestão financeira eficiente no sistema de transporte coletivo, focando na redução dos subsídios, modelando novas concessões economicamente sustentáveis e revendo os contratos vigentes, mantendo seu equilíbrio econômico-financeiro.

- Contratar separadamente o fornecimento dos veículos, o serviço de bilhetagem, a operação das linhas de ônibus e a operação dos terminais, visando reduzir a assimetria de informação da

Prefeitura e ampliar a capacidade e a eficiência da gestão dos serviços de transporte público coletivo.

- Revisar contratos e subsídios das empresas de transporte atuais, realizando auditorias para uma aferição mais precisa do número de passageiros e verificando a eventual existência de ineficiências, irregularidades e descumprimento de cláusulas contratuais, além da qualidade geral dos serviços prestados.
- Permitir a exploração de publicidade nos ônibus e pontos de ônibus e reverter as receitas do estacionamento rotativo para a tarifa do transporte público coletivo.
- Revitalizar terminais de ônibus e metrô por meio de projetos que ampliem as atividades comerciais e culturais oferecidas aos usuários do transporte coletivo.

3) Promover novas alternativas ao uso do carro, diversificando a rede de transporte e reduzindo o trânsito e o tempo de deslocamento.

- Autorizar uma regulamentação que garanta segurança jurídica e simplifique a operação e a expansão de transportes alternativos, como vans, moto-táxis e serviços baseados em tecnologia, como motoristas de aplicativo, facilitando e apoiando inovações no setor.
- Implementar um programa de testes para faixas dedicadas a motocicletas nas vias expressas, acompanhado de um monitoramento para medir os impactos e resultados dessa iniciativa.
- Incentivar o uso de modais como a bicicleta e o patinete, através da implementação de ciclofaixas, orientada por estudos técnicos que avaliem os benefícios de intervenções.

4) Promover a segurança no trânsito, reduzindo acidentes, lesões, óbitos e prejuízos.

- Estruturar os dados de trânsito, permitindo aplicar inteligência sobre as decisões de gestão de tráfego.
- Elaborar um mapa de pontos de calor de acidentes de trânsito e locais de risco a partir de dados de acidentes e outras avaliações urbanísticas, para fundamentar intervenções.
- Implementar intervenções urbanísticas para a redução de riscos e acidentes, baseadas em critérios técnicos e mapeamento de riscos.
- Investir na capacitação da equipe de servidores responsáveis pela gestão de tráfego;
- Revisar a sinalização de trânsito da cidade e a viabilidade dos radares da forma e local onde se encontrem instalados.

INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

1) Melhorar a capacidade técnica dos servidores e da gestão para elaboração e orçamento de projetos e captação de verbas privadas, estaduais e federais.

- Criar ou expandir consórcios de cidades para a contratação de empresas de projeto, engenharia e outras relacionadas, otimizando custos e elevando o nível técnico dos projetos.
- Capacitar a gestão e equipes técnicas para captar recursos públicos por meio de convênios e editais com o estado, emendas parlamentares ou projetos em programas de investimento da União.

2) Implementar legislação e processos que contribuam para a entrega de obras dentro do orçamento e no prazo planejado.

- Aprovar legislação de Seguro de Obras, exigindo nas licitações que uma seguradora se comprometa contratualmente a finalizar a obra em caso de necessidade;
- Aprovar legislação de Dispute Boards, onde o contrato de uma obra também assinala um corpo de especialistas independentes que delibera sobre disputas que podem ocorrer nas obras, evitando a judicialização.
- Fortalecer a participação nos consórcios com municípios da região para dividir custos na implementação e manutenção de infraestrutura mutuamente benéfica, como sistemas de detecção de tempestades, gestão de águas, etc.

3) Melhorar a infraestrutura necessária para a prestação dos serviços públicos municipais por meio de concessões e da municipalização de alguns ativos públicos.

- Avaliar a viabilidade e a pertinência de instalar um centro de inteligência de dados no município por meio de concessão.
- Analisar o contrato do parque de iluminação pública da cidade, além de integrá-lo a diversos serviços públicos com uma malha inteligente (smart grid), por meio de parceria público-privada.

4) Alcançar a meta de universalização dos serviços de água, coleta e tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos, conforme previsto no Marco Legal do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020).

- Elaborar ou atualizar o plano municipal de saneamento e elaborar, se for concessão regional, o plano metropolitano ou regional de saneamento, buscando atender às metas de universalização do Novo Marco do Saneamento.
- Unir-se ao bloco local correspondente, caso o governo do estado tenha regulamentado as microrregiões, e trabalhar em conjunto para assegurar uma concessão de qualidade nos serviços de água e esgoto, aproveitando a estrutura regulatória estadual.
- Iniciar uma concessão independente, respeitando os termos do Marco Legal do Saneamento Básico, caso o governo do estado não tenha criado microrregiões e a cidade possua porte suficiente para sustentar uma operação autônoma de água e saneamento.

- Criar um consórcio com municípios vizinhos se a cidade não tiver porte para uma operação própria de água e saneamento e não existirem microrregiões estabelecidas pelo governo do estado.
- Atender à obrigatoriedade de inspeção pela Agência Reguladora de Água e Esgoto do Estado de Minas Gerais (ARSAE), que deverá observar os parâmetros de desempenho definidos no contrato de concessão.
- Atender as exigências da Lei Federal 14.026/2020 quanto a geração de resíduos sólidos do município, firmando convênios com cooperativas e parceria público-privada para destinação de resíduos, se for o caso.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

1) Desenvolver diagnósticos sociais detalhados dos territórios para identificar suas características específicas.

- Elaborar um diagnóstico socioterritorial para mapear as necessidades e potencialidades dos territórios, com o objetivo de desenvolver políticas públicas mais assertivas e inclusivas.
- Reforçar o atendimento a indivíduos e famílias em situação de risco social e pessoal, com foco na garantia de seus direitos básicos e autonomia.

2) Facilitar o acesso a serviços e benefícios sociais para pessoas em situação de vulnerabilidade, visando garantir direitos básicos e promover autonomia.

- Registrar as pessoas em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único, garantindo acesso a serviços e benefícios sociais.
- Implementar programas de segurança alimentar, integrando hortas comunitárias, bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, com o objetivo de combater a fome e estabelecer esses locais como pontos de apoio para encaminhar populações vulneráveis a programas de superação e assistência.
- Divulgar informações sobre as organizações de assistência atuantes na cidade e cadastradas nos conselhos municipais ligados à pasta, promovendo o contato direto da população em geral.

3) Fortalecer e expandir redes de apoio e parcerias, tanto com a iniciativa privada quanto com outras secretarias e órgãos públicos, para desenvolver e implementar programas integrados de acolhimento e assistência.

- Estabelecer parcerias entre o setor privado e organizações do terceiro setor, em conjunto com políticas de trabalho, emprego e renda, para desenvolver e implementar programas de capacitação e inserção no mercado de trabalho para pessoas em situação de vulnerabilidade.
- Criar redes de apoio integradas, em parcerias com outras secretarias, órgãos públicos e terceiro setor para acolher mulheres, crianças, idosos, pessoa em situação de rua, comunidade LGBTQIA+ em situação de violência e vulnerabilidade, oferecendo abrigo, aconselhamento, assistência jurídica e programas de reintegração social.
- Ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho por meio de cursos de capacitação profissional e mutirões em parceria com empresas locais.

4) Fortalecer a gestão da Assistência Social em resposta às necessidades comunitárias.

- Capacitar as equipes multidisciplinares da Assistência Social a partir de formações continuadas para que atuem conforme o que prevê a lei e em situações adversas;
- Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das ações de assistência social a fim de garantir a eficácia e aprimorar continuamente as políticas;
- Firmar parcerias entre municípios para compartilhar recursos, expertise e responsabilidades no cuidado de alta complexidade.

EDUCAÇÃO

1) Reduzir a fila da educação infantil, garantindo oferta de vagas no município, especialmente para as crianças mais vulneráveis.

- Estabelecer parcerias com instituições privadas locais para atender à demanda em creches, implementando uma lei de vales (vouchers) com o objetivo de eliminar as filas de espera.
- Garantir transparência nas filas de espera para creches, escolas e vagas de vales.
- Desenvolver e implementar uma política de escolas comunitárias nas quais a prefeitura contratará serviços da rede privada para gerenciar e operar unidades escolares inteiras.

2) Aprimorar o desempenho dos alunos da rede pública de ensino, garantindo que alcancem níveis adequados de aprendizagem em suas respectivas faixas etárias.

- Estabelecer programas intensivos de alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental.
- Desenvolver programas de apoio para alunos com interrupções em seu processo de alfabetização, oferecendo aulas de reforço e atividades extracurriculares para a recuperação das habilidades de leitura e escrita.
- Estabelecer sistemas de monitoramento e avaliação para acompanhar a aprendizagem e progresso dos alunos e identificar precocemente aqueles em risco de evasão, permitindo intervenções oportunas.
- Ampliar a jornada escolar para que os estudantes tenham mais tempo de aprendizado e desenvolvimento, inclusive com adoção de disciplinas complementares nas áreas do direito, financeiro, de empreendedorismo e outras afins.
- Implementar metodologias de ensino inovadoras e comprovadamente eficazes para criar ambientes escolares motivadores e alinhados com as necessidades do mundo moderno.
- Garantir uma infraestrutura que ofereça um ambiente propício à aprendizagem, incluindo transporte escolar, reforma das escolas existentes ou construção de novas quando necessário e fornecimento de merenda escolar de qualidade, para tornar a educação acessível a todos e reduzir as taxas de evasão escolar.
- Implementar um processo seletivo transparente e baseado em critérios técnicos para a nomeação de diretores de escolas, seguindo as diretrizes do FUNDEB.

3) Assegurar que o conteúdo ensinado nas escolas seja adequado e pertinente.

- Assegurar o alinhamento do currículo municipal às expectativas de aprendizagem previstas no conteúdo programático, documentos normativos e na legislação.
- Qualificar a equipe da secretaria, com a participação de especialistas em educação, para implantação de mecanismos de gestão pedagógica.
- Apoiar e criar incentivos para que a direção da escola, com o apoio da coordenação pedagógica, acompanhe os planos de aula desenvolvidos pelos docentes, garantindo a aderência ao currículo estabelecido.
- Registrar de forma digital os documentos de acompanhamento dos planos de aula criando, assim, um arquivo para acompanhar o cumprimento do currículo e viabilizar ações de aprimoramento da gestão curricular.
- Pesquisar o trabalho pedagógico de escolas públicas e privadas de referência para inspirar-se em boas práticas e inovações, visando à adoção de estratégias de ensino eficazes que possam ser adaptadas ao contexto.
- Implementar um escopo-sequência, que detalha as habilidades, objetos de conhecimento e expectativas de aprendizagem a serem ensinados em cada ano de forma progressiva, para orientar os professores sobre como transformar todas as habilidades em um plano coerente de aprendizagem.
- Oferecer formação continuada à coordenação pedagógica e docentes sobre elaboração e uso de escopo e sequência e planos de aula.

4) Criar mecanismos de valorização e reconhecimento aos docentes e gestores escolares pela melhoria da aprendizagem e assiduidade.

- Garantir uma estrutura de carreira aos professores que valorize e recompense os resultados no aprendizado dos alunos e o tempo dedicado à sala de aula;
- Implementar um sistema eficiente e transparente de registro de presença.
- Implementar programas contínuos de desenvolvimento profissional e formação continuada para gestores e professores.

5) Otimizar a gestão e recursos educacionais por meio de parcerias, autonomia financeira e desenvolvimento profissional

- Avaliar a viabilidade de estabelecer parcerias público-privadas para a construção e manutenção dos imóveis das escolas, com o objetivo de fornecer a estrutura necessária à melhoria da aprendizagem no município.
- Ativar parcerias com governo estadual e municípios próximos para compartilhar recursos, estratégias e experiências.

- Implementar autonomia financeira nas escolas para despesas com manutenção, segurança e aquisição de equipamentos e materiais de menor valor, buscando agilidade, transparência e otimização dos recursos.
- Implementar programa de desenvolvimento profissional para servidores da Secretaria de Educação, incluindo formação em gestão de políticas públicas e ferramentas administrativas.
- Implementar sistema de alerta e acompanhamento para garantir que o município se inscreva e cumpra os prazos dos programas federais e estaduais de financiamento da educação, maximizando a captação de recursos.

6) Oferecer diagnósticos precisos e de qualidade aos estudantes visando aprimorar a educação inclusiva na rede pública de ensino.

- Estabelecer parcerias com universidades públicas e privadas para realizar testes e diagnósticos em crianças da rede pública, tendo em mente resultados fidedignos.
- Permitir que pais e responsáveis contratem assistentes terapêuticos, além dos que já devem ser contratados obrigatoriamente pela escola, para apoiar a educação inclusiva, auxiliando no desenvolvimento educacional de estudantes em um ambiente que atenda às suas necessidades específicas.
- Desenvolver um protocolo de encaminhamento multidisciplinar para conectar crianças com necessidades especiais da rede pública de ensino a serviços especializados de educação, saúde e assistência social.

SAÚDE

1) Melhorar a qualidade do atendimento no sistema de saúde municipal por meio da implementação de infraestrutura, tecnologias e uma gestão eficiente.

- Adotar uma gestão baseada em dados, utilizando análise estatística para melhorar a tomada de decisões, identificar áreas críticas, otimizar operações e planejar a expansão da rede de saúde de maneira estratégica;
- Modernizar a infraestrutura do sistema de saúde com uma plataforma digital unificada, que incluirá a criação de um Registro Único de Saúde para cada cidadão, melhorando o acesso e a gestão das informações de saúde.
- Estabelecer um sistema de monitoramento em tempo real para os estoques de medicamentos nas unidades de saúde pública, assegurando que médicos e pacientes tenham informações atualizadas sobre a disponibilidade e a localização dos medicamentos.
- Estabelecer parcerias público-privadas para a construção e administração de Unidades de Pronto Atendimento, Unidades Básicas de Saúde e hospitais municipais com o objetivo de expandir e aprimorar a infraestrutura de saúde.
- Implementar sistemas de triagem digital para atendimento prioritário, incluindo aplicativos e plataformas online que permitam a pré-avaliação de pacientes remotamente, facilitando o encaminhamento adequado para os serviços de saúde mais relevantes e desafogando os serviços presenciais.

- Aprimorar a distribuição de medicamentos municipais e coordenar sua entrega com os remédios fornecidos pelo estado e pela União.
- Estabelecer uma prestação de contas acessível e periódica que detalhe os avanços, melhorias e desafios enfrentados na gestão.
- Estabelecer canais de denúncia efetivos para identificar e combater más práticas na gestão da saúde.
- Promover mutirões de cirurgias eletivas no município.

2) Fortalecer a saúde da família e ampliar o acesso a serviços médicos.

- Implementar campanhas educativas em múltiplas plataformas de comunicação para sensibilizar a população sobre a prevenção de doenças, a importância dos exames regulares e a adoção de um estilo de vida saudável, contando com a colaboração de diversas secretarias e setores da sociedade.
- Introduzir a telemedicina como ferramenta para melhorar o acesso ao atendimento médico, com foco especial em pequenas cidades e regiões isoladas, garantindo que mais pessoas tenham acesso a consultas e orientações médicas, associada a equipamentos e telelaudo.
- Formar parcerias com o setor privado para aumentar a capacidade de atendimento do sistema de saúde, visando à redução das filas e ao atendimento mais rápido e eficiente à população.
- Realizar visitas domiciliares regulares para o acompanhamento da saúde de grupos vulneráveis, como idosos, gestantes e crianças, assegurando o monitoramento contínuo e a prevenção de problemas de saúde.
- Promover consultas e orientações sobre métodos contraceptivos, acompanhadas de campanhas educativas para informar e capacitar a população sobre planejamento familiar.
- Incorporar tecnologias de exames rápidos no método POC (*Point of Care*) nas Unidades Básicas de Saúde, diminuindo filas e tempo de espera dos usuários, promovendo rapidez na resposta terapêutica.
- Estender o horário de funcionamento de algumas Unidades Básicas de Saúde, diminuindo a demanda e oportunizando o atendimento à população trabalhadora.

3) Aprimorar o sistema de monitoramento e vigilância sanitária, garantindo o controle de qualidade dos alimentos e a saúde pública por meio de inspeções e sistemas de alerta eficazes.

- Revisar e atualizar as normas de vigilância sanitária, introduzindo o conceito de baixo risco, autorizando a operação sem licença prévia e focando em uma abordagem de fiscalização mais educativa, ativa e presente na comunidade em vez de punitiva, para promover a conformidade por meio do conhecimento e da conscientização.
- Desenvolver e implementar um sistema de alerta rápido para a detecção e manejo eficiente de surtos de doenças relacionadas à contaminação de alimentos e produtos.
- Organizar campanhas educativas sobre segurança alimentar e combate a vetores de endemias, a fim de promover práticas mais seguras de manipulação e consumo de alimentos e manejo de materiais.

- Implementar programas eficazes de controle de vetores, como mosquitos, que são responsáveis pela transmissão de doenças como dengue, zika e chikungunya, buscando reduzir a incidência dessas doenças, com a incorporação de tecnologias e envolvimento de outros setores da saúde no município.
- Revisar os procedimentos da Secretaria Municipal de Saúde em conformidade com as diretrizes e normativas dos governos estadual e federal, visando à redução de burocracias e redundâncias.

4) Expandir as campanhas de vacinação, enfatizando a importância da imunização para grupos prioritários e para a saúde pública em geral.

- Realizar campanhas de vacinação, direcionando esforços para grupos prioritários, como crianças, idosos e profissionais da área da saúde, a fim de garantir que recebam as vacinas necessárias de maneira oportuna;
- Estender os horários de funcionamento dos postos de saúde de modo a proporcionar maior flexibilidade e facilitar o acesso à vacinação para a população em geral, especialmente para a população trabalhadora;
- Implantar equipes móveis de vacinação e postos de vacinação itinerantes em locais movimentados durante fins de semana e eventos públicos.
- Desenvolver e implementar campanhas abrangentes de conscientização sobre a importância da vacinação utilizando mídias sociais e outros canais de comunicação para alcançar um público amplo e diversificado, informando sobre os benefícios das vacinas e combatendo a desinformação.

5) Melhorar o planejamento e a conexão entre as políticas de saúde das cidades, estados e Governo Federal, seguindo as regras do SUS e usando dados e cooperação para tomar decisões.

- Promover a integração dos sistemas municipal e estadual de saúde, por meio da formulação de consórcios, articulando o atendimento primário no município e de especialidades em polos regionais do estado, assegurando a continuidade, a abrangência e a eficiência dos serviços de saúde oferecidos à população;
- Desenvolver e implementar sistemas de informação unificados para o compartilhamento eficiente de dados de saúde entre os diferentes níveis de governo, a fim de aprimorar o planejamento, a gestão e a resposta às necessidades de saúde da população, com base em informações precisas e atualizadas;
- Coletar e analisar dados de saúde, permitindo um planejamento regionalizado, adequado às necessidades locais e baseado em evidências.

6) Integração da Saúde Mental aos Serviços de Atenção Primária

- Estabelecer programas de triagem e diagnóstico precoce de problemas de saúde mental em centros de saúde básica;

- Capacitar profissionais de saúde da atenção primária para identificar e manejar transtornos mentais comuns;

- Implementar um Centro de referência em terapia para crianças com TEA ou demais transtornos.

7) Ampliação do Acesso ao Tratamento e Apoio Psicossocial

- Expansão de serviços públicos de psicoterapia, psiquiatria e outros tratamentos especializados;

- Desenvolvimento de redes de apoio comunitário, incluindo grupos de suporte e centros de convivência.

8) Prevenção do Suicídio e Redução do Estigma

- Implementação de campanhas nacionais de conscientização e educação sobre saúde mental.

- Treinamento de educadores, líderes comunitários e profissionais de saúde para reconhecer sinais de alerta de suicídio e oferecer suporte adequado.

9) Inclusão da Saúde Mental nas Políticas de Trabalho e Educação

- Promoção de ambientes de trabalho e escolares que apoiem a saúde mental dos funcionários e alunos.

10) Apoio Específico para Grupos Vulneráveis:

- Desenvolvimento de políticas direcionadas para atender às necessidades de grupos específicos, como jovens, idosos, crianças e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

- Garantia de acesso equitativo aos serviços de saúde mental para populações marginalizadas ou em risco.

11) Utilização de Tecnologia e Inovação

- Expansão de serviços de telepsiquiatria e teleatendimento para alcançar áreas remotas e comunidades carentes;

- Desenvolvimento de aplicativos e plataformas digitais para educação em saúde mental e autogerenciamento de sintomas.

12) Investimento em Pesquisa e Avaliação de Políticas

- Financiamento de estudos epidemiológicos para entender melhor as necessidades e tendências em saúde mental.
- Avaliação regular das políticas implementadas para ajustar e melhorar a eficácia dos programas.

13) Fortalecimento da Capacitação de Profissionais de Saúde Mental

- Expansão de programas de formação e especialização em saúde mental para profissionais de diversas áreas da saúde.
- Incentivo à atuação interdisciplinar e colaborativa entre psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, enfermeiros e outros profissionais.

14) Parcerias Público-Privadas e Colaboração Internacional

- Estabelecimento de parcerias com organizações não governamentais, setor privado e instituições internacionais para compartilhar boas práticas e recursos.
- Aproveitamento de financiamentos e expertise externos para fortalecer as capacidades locais em saúde mental.

15) Monitoramento e Transparência na Gestão de Recursos

- Implementação de sistemas de monitoramento e avaliação para garantir a eficiência e transparência na aplicação de recursos destinados à saúde mental.
- Engajamento da sociedade civil e comunidades locais na fiscalização e controle das políticas implementadas.

15) Espaços de Cuidado e Contemplação na Natureza:

- Desenvolvimento de "refúgios de saúde mental" em áreas naturais próximas a centros urbanos, proporcionando espaços tranquilos para meditação, ioga e outras práticas terapêuticas ao ar livre.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

1) Educar a população sobre a preservação ambiental para promover hábitos sustentáveis.

- Desenvolver programas educacionais para conscientizar a população sobre a importância da preservação ambiental, os impactos negativos das queimadas e as consequências da poluição da água;
- Organizar campanhas de conscientização sobre os problemas do abandono animal e promover a adoção responsável e castração de animais de estimação.

2) Estabelecer Parcerias Público-Privadas para a manutenção e operação de parques públicos urbanos, explorando o potencial turístico e aprimorando a experiência dos visitantes.

- Incentivar investimentos privados para a requalificação e modernização das instalações dos parques, incluindo aprimoramento de infraestruturas como trilhas, centros de visitantes e áreas de lazer;
- Desenvolver serviços de apoio ao ecoturismo, realçando a beleza natural e os atrativos dos parques, enquanto se promove a conservação ambiental e a educação ambiental;
- Garantir que o processo de concessão seja transparente, com clara definição de responsabilidades e expectativas para os operadores privados, assegurando a sustentabilidade a longo prazo dos parques.

3) Firmar parcerias entre setores governamentais, terceiro setor e setor privado para a preservação de áreas verdes e o bem-estar animal.

- Identificar e divulgar organizações dedicadas ao acolhimento de animais e locais onde é possível adotar animais de forma responsável;
- Criar colaboração entre o governo e entidades privadas para viabilizar a castração de animais domésticos, de rua ou que estejam em abrigos, a fim de controlar a população de animais sem lar;
- Estabelecer parcerias entre governo, setor privado, autoridades locais e organizações ambientais para preservar áreas verdes, monitorar e proteger áreas de risco ambiental.
- Estabelecer parcerias para viabilizar um sistema de vigilância para detectar e prevenir queimadas e desmatamentos.

4) Implementar sistemas de reciclagem, gerenciamento de resíduos e realizar a limpeza e despoluição de rios e lagos.

- Apoiar a formação de cooperativas para coleta do material reciclável, incentivando a coleta seletiva e reciclagem;

- Estabelecer centros de compostagem e reciclagem, preferencialmente por meio de parcerias público-privadas;
- Por meio de campanhas, incentivar os moradores a separarem o lixo orgânico e reciclável, inclusive as crianças e adolescentes, em parceria com a pasta de educação;
- Implementar projetos de limpeza e despoluição de rios e lagos.

5) Priorizar a atuação da Secretaria de Meio Ambiente como ente mediador de conflitos ambientais, tornando sua atuação mais resolutiva e aprimorando a emissão de licenças ambientais.

- Tornar mais eficiente a emissão de licenças ambientais, assegurando que os processos sejam mais ágeis e ainda estejam em conformidade com as normas ambientais;
- Promover a capacitação contínua de servidores das Secretarias de Meio Ambiente e estabelecer um processo de seleção técnico para a contratação de novos funcionários, buscando a excelência e a eficiência nos serviços;
- Desenvolver canais de denúncias acessíveis para o público reportar problemas ambientais e abusos e abandono de animais;
- Identificar áreas de conflito ambiental e atuar como mediador para encontrar soluções equilibradas.

6) Desenvolver uma infraestrutura urbana ecologicamente responsável, integrando conceitos de cidades inteligentes e adensamento urbano para preservar áreas naturais e otimizar a vida urbana.

- Implementar políticas de uso eficiente da água, incluindo a instalação de sistemas de captação de água da chuva em prédios públicos;
- Promover a arborização das ruas e a criação de corredores verdes que conectem diferentes áreas da cidade, proporcionando espaços para recreação e tornando as calçadas mais caminháveis;
- Buscar soluções econômica e ambientalmente viáveis para a renovação das frotas do transporte coletivo, com foco na redução de poluentes;
- Executar inspeção e auditoria nas redes de água e esgoto para localizar e desativar conexões ilegais;
- Realizar estudos de viabilidade econômica para implementação de sistemas de eficiência energética e hídrica em infraestrutura existente ou a ser construída.

ESPORTE E CULTURA

1) Aumentar o acesso ao esporte de lazer e competitivo com eficiência de gastos, reduzindo a dependência da prefeitura.

- Incentivar a criação de associações esportivas formais e clubes esportivos, bem como capacitar empreendedores do setor esportivo na comunidade, procurando desenvolver habilidades de gestão e inovação;
- Conceder os equipamentos esportivos públicos ou a sua construção e operação para a iniciativa privada e elaborar outras parcerias para melhorar e ampliar os espaços públicos dedicados à prática de esportes;
- Atrair eventos esportivos para a cidade;
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos esportivos na cidade;
- Promover a abertura das escolas aos finais de semana e feriados para que a comunidade organize atividades esportivas, incentivando a prática de exercícios e o bem-estar entre os moradores, se possível, em parceria com entidades do terceiro setor.
- Captar recursos para patrocinar atletas de diferentes esportes, com equipamentos, vestimentas, diárias e outros gastos em competições nacionais e internacionais.

2) Aumentar o acesso à cultura com eficiência de gastos e reduzindo a dependência da prefeitura.

- Incentivar a criação de associações culturais formais, com capacidade de atrair patrocínios e outras verbas privadas;
- Capacitar empreendedores do setor cultural, visando desenvolver habilidades de gestão e inovação;
- Administrar os programas e bens culturais de maneira transparente e com participação ativa dos cidadãos, buscando eliminar as influências políticas;
- Atrair empresas e associações que trabalham com criatividade e inovação, como artes, design e entretenimento, para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos no setor.
- Tornar os projetos e coleções culturais acessíveis online, facilitando o acesso público e promovendo a cultura digital;
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos culturais;
- Incentivar parcerias público-privadas para projetos de conservação e restauração de patrimônios culturais materiais, como monumentos históricos, edificações e locais de significância cultural, permitindo a exploração deles como museus ou locais de eventos e acompanhado de iniciativas educativas para engajar a comunidade na preservação desses espaços;
- Documentar e celebrar o patrimônio imaterial, como tradições, línguas, festas e artesanatos locais, através de eventos culturais, preferencialmente por meio de parcerias com o terceiro setor e com o setor privado, para manter viva a herança cultural intangível da comunidade;

- Implementar um processo de revisão periódica dos tombamentos existentes para garantir que atendam aos critérios atuais de valor histórico, cultural e arquitetônico;
- Estabelecer um processo transparente e baseado em critérios claros para eventuais novos tombamentos, garantindo a devida indenização a proprietários e evitando influências políticas e critérios desarrazoados;
- Promover programas educacionais para aumentar a conscientização pública sobre a importância do patrimônio histórico e cultural a partir de visitas guiadas, exposições e material educativo.